


Trajatória das conquistas dos capitães nas Capitanias do Norte no século XVIII

Trajectory of the conquests in the captains in the Northern Captaincies of the 18th century

Reinaldo Forte Carvalho

 <https://orcid.org/0000-0001-7930-8670>

Universidade de Pernambuco

Resumo: Este artigo trata da trajetória e quatro capitães que atuaram nas Capitanias do Norte, em específico nas capitanias de Pernambuco, Sergipe, Ceará e do Rio Grande na primeira metade do século XVIII. O objetivo central deste estudo é analisar como estes indivíduos foram ao longo de suas trajetórias, constituído terras, fortuna e poder através das várias campanhas militares que proporcionaram ascensão e mobilidade dos mesmos na sociedade em questão. Especificamente, pretende-se definir como eles galgaram os espaços de poder e de mando nas capitanias; investigar como obtiveram riquezas e bens patrimoniais; e por fim, entender a circulação e conexão desses indivíduos em outros espaços. Justifica-se este estudo sobre a busca pela ascensão e prestígio social, movidos pelo interesse da conquista pessoal no fazer-se na América, e tornarem-se os poderosos senhores nas Capitanias do Norte. A escolha da delimitação temática, temporal e espacial é um recorte histórico que visa refletir sobre como esses indivíduos constituíram suas histórias de vida no contexto da conquista dos sertões coloniais do Norte.

Palavras-chave: Trajetória. Capitães. Capitanias do Norte.

Abstract: This article focuses on trajectories of four captains who served at different Northern Captaincies, specifically in Pernambuco, Sergipe, Ceará and Rio Grande, in the first half of the eighteenth century. The main goal of this text is to analyze how these individuals used the military campaigns to obtain land, fortune and power which resulted in status improvement and social mobility. Moreover, the text tries to define how they moved with the circles of power in the captaincies, to identify how they acquired wealth and patrimonial assets, and understand the circulation and the connections of these individuals with other social spaces. This study is set within the context of a highly hierarchical society and will try to test if the agency of these subjects was their personal interest in the search for social prestige and becoming lords of the Northern captaincies of Portuguese America. The thematic, temporal and geographic scope of approach which seeks to reflect on how these agents constructed their life stories in the context of the hinterlands colonial Northern Captaincies.

Keywords: Trajectories. Captains. Northern Captaincies.

Introdução

“A face militar da vida colonial não era tão evidente na América portuguesa como na Ásia portuguesa, houve no entanto um aspecto que se tornou característico do Brasil setecentista. Os grandes proprietários de terras fossem senhores de engenhos, criadores de gado ou donos de minas de ouro, mostravam-se cada vez mais ávidos de títulos, honrarias e postos militares, em busca de poder ou prestígio” (BOXER, 2002, p. 323)



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

O historiador inglês Charles R. Boxer definiu a forma que os grandes senhores das armas utilizavam a dinâmica de autopromoção por meio da ascensão e mobilidade social através dos cargos e funções militares na América portuguesa. Para o autor a carreira militar favoreceu inúmeros indivíduos que buscavam com rapidez e habilidade alcançar os espaços de poder e mando no contexto político, econômico e social nas colônias portuguesas. Segundo Charles R. Boxer, agregado a essa dinâmica da mobilidade e ascensão através das tropas militares, outra opção, era constituir-se como grandes proprietários de terras, gado e de gente na América portuguesa.

Essas diferentes ocupações eram necessariamente incompatíveis umas com as outras, e alguns indivíduos mais empreendedores exerciam algumas simultaneamente. João Peixoto Viegas, cuja pena nos propicia imagens tão vivas da Bahia do final do século XVII, era ao mesmo tempo senhor de engenho, fazendeiro de fumo bem-sucedido criador de gado, assim como membro destacado da Câmara Municipal e da Misericórdia. Manuel Nunes Viana, um emigrante minhoto de origem humilde, tornou-se um dos criadores de gado mais importantes do escassamente povoado vale do São Francisco antes de também fazer fortuna nos campos auríferos de Minas Gerais, onde chefiou os emboabas intrusos que lutaram contra os paulistas pioneiros nas escaramuças de 1708 e 1709. De modo semelhante aos senhores de engenhos, os barões do gado e os magnatas do interior (os “poderosos do sertão”, como eram chamados) tendiam a se constituir na própria lei. (2002, p. 322)

A busca desenfreada pela nomeação aos cargos e funções militares era a forma que os indivíduos adentravam neste ofício com o propósito de obterem poder, prestígio e fortuna na escala estamental dessa sociedade, fosse através da carreira da fidalguia e nobreza, ou como “soldado da fortuna” (MONTEIRO, 2001, p. 282; CUNHA & MONTEIRO, 2005, p. 108).

Os representantes da nobreza europeia passaram a fazer parte dos altos cargos nas fileiras militares, exercendo o oficialato na hierarquia superior do ofício militar o qual exerciam suas patentes em lugares de excelência e remunerados. Estes militares de alta patente, acumularam prestígio, honra e poder, e eram vistos como ‘soldados profissionais’, constituindo uma espécie de ‘elite de armas’, que não se restringia aos fidalgos, mas também a indivíduos que através da intrepidez e sagacidade individual galgaram estes espaços de poder. Para Santos, a “administração colonial foi uma alternativa de ascensão social para os chamados ‘soldados da fortuna’, homens sem distinção de nascimento, mas dotados de tirocínio militar” (2020, p. 03).

As nomeações aos cargos militares seguiam uma lógica estabelecida pelos provimentos dos ofícios¹ reais que eram realizados com base nas Ordenações como produto dos poderes advindos da “regalia”². As nomeações era uma atribuição condicionada pelo monarca pelos bons serviços prestados por seus súditos na participação nas campanhas militares e na boa atuação dentre outras funções.

Depois da Guerra da Restauração ocorreu uma maior normatização dos critérios nas nomeações dos ofícios, principalmente de capitães na América portuguesa. A normatização destes provimentos estabeleceu algumas retribuições sociais e patrimoniais à participação

¹ Conforme Monteiro, a escolha dos provimentos dos ofícios “obedeceu a modalidades diversas mas, depois da Restauração, a tendência foi para que a seleção fosse antecedida por um “concurso” e ulterior consulta do Conselho Ultramarino”, no entanto com o desaparecimento dos concursos, o “recrutamento dos Governadores e Capitães-mores que, nas Capitânicas principais, manteve e acentuou o seu caráter profundamente elitista” (MONTEIRO, 2012, p. 47).

² De acordo com Cosentino: “Ao passo que eram os capitães-mores, em número expressivo, indivíduos [...] tendo servido na guerra em Pernambuco. Eram pessoas honradas, mas nem sempre fidalgos” (2015, p. 538).

dos militares que atuaram na expulsão dos holandeses, na guarnição do território colonial e na Guerra contra os povos indígenas soltos no curso dos sertões do Norte a chamada “Guerra dos Bárbaros”³. As retribuições reais contempladas aos súditos pelo monarca estavam condicionadas ao tempo e participação dos mesmos em eventos realizados em prol do reino, que passou a ser visto como uma prática remuneratória com bens permanentes e simbólicos, como a instituição de mercês, títulos, patentes relacionadas a isso, a distribuição de datas de sesmarias pela posse do território aos súditos pelos serviços prestados ao Império português.

Com efeito, é esta uma das remunerações de serviços atribuídas aos soldados das Guerras da Restauração, em particular aos soldados com uma longa experiência de campanha militares que incluíam o próprio espaço brasileiro. Não eram invulgares listas certificadas de serviços com vinte, trinta e até quarenta anos. E, muitos deles, repita-se, realizados na própria América portuguesa, conferindo a estes pretendentes um estatuto de quase «naturalizados» ou dos «homens coloniais». (CUNHA; MONTEIRO, 2005, p. 226)

Para estes homens o ímpeto bravo nas campanhas militares em conquistar territórios e gentes em nome d’El Rey, era o princípio de uma jornada que tinha como objetivo principal obter individualmente seu espaço na hierarquizada sociedade que estavam inseridos. Tornar-se um conquistador das terras d’Além mar, os tornava imponentes e poderosos senhores de terras e de gentes nas diversas paragens do Império português.

Os indivíduos que foram para o ultramar levaram consigo uma cultura e uma experiência de vida baseada na percepção de que o mundo, a “ordem natural das coisas” era hierarquizada; de que as pessoas, por suas qualidades naturais e sociais ocupavam posições distintas e desiguais na sociedade. Na América, assim como em outras partes do Império, esta visão seria reforçada pela ideia de *conquista*, pelas lutas contra o *gentio* e pela escravidão. Conquista e lutas que, feitas em nome *d’El Rey*, deveriam ser recompensadas com mercês — títulos, ofícios e terras (FRAGOSO; BICALHO; GOUVEIA, 2001, p. 24)

Diante deste quadro, surgem algumas questões: as trajetórias militares era uma opção na mobilidade e hierarquização social? Os percursos escolhidos por esses indivíduos tinham um planejamento prévio? Qual a importância das conexões no processo de mobilidade e ascensão social?

Metodologicamente este artigo articula uma revisão da historiografia atual, e analisa algumas obras de cronistas do instituto histórico do Ceará sobre a temática, realizando um cruzamento com as fontes primárias dos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino de Pernambuco, Sergipe, Ceará e Rio Grande. O estudo busca analisar as trajetórias⁴ de vida coletiva de quatro capitães que atuaram nas capitanias do Norte, em específico, de Pernambuco, Sergipe, Ceará e Rio Grande no início do século XVIII, a saber: Jorge de Barros Leite, João da Mota, Gabriel da Silva Lago e João de Barros Braga.

³ Ver PUNTONI (2002).

⁴ A análise das trajetórias das carreiras profissionais dos capitães nos sertões das capitanias do Norte do Brasil, está ancorada no estudo da prosopografia referente à “estrutura e à mobilidade sociais: um conjunto de problemas envolve a análise do papel na sociedade, especialmente as mudanças nesse papel ao longo do tempo, de grupos de status específicos (usualmente da elite), possuidores de títulos, membros de associações profissionais, ocupantes de cargos, grupos ocupacionais ou classes econômicas; um outro conjunto de problemas refere-se à determinação do grau de mobilidade social em determinados níveis...” (STONE, 2011, p. 116).

Partindo dessa proposta metodológica, este estudo busca analisar as trajetórias coletivas destes indivíduos a partir das atribuições dos ofícios ocupados pelos capitães, comparando suas experiências militares nos sertões das capitanias do Norte. Considerando essa questão sobre as atribuições dos ofícios militares na América portuguesa a partir do tempo de atuação dos mesmos no exercício do cargo ou função, faz-se necessário analisar as características sociais dos capitães aqui analisados. Com base na análise das fontes e da bibliografia utilizadas, as mesmas mostra-nos que estes indivíduos eram em grande parte oriundos das fileiras inferiores, e ou, intermediárias na escala social do Império português, motivo esse, que impulsionou a galgarem os espaços de poder através de suas ações nas campanhas militares o qual estabeleceram redes de compadrios e negócios, responsáveis por favorecer ao longo da trajetória individual a acumulação patrimonialista, simbólica e bens nobiliárquicos dos mesmos.

Como exemplo disso, faz-se referência ao capitão-mor João de Barros Leite onde apresenta uma atuação bastante significativa em relação aos serviços prestados ao reino, tanto na África como no Brasil. Sua administração inicial durou menos de três anos quando sucede o capitão mor Braz da Rocha Cardozo. A carreira exemplar com base em uma respeitosa e experiente trajetória militar nos reinos da África e da capitania da Bahia fez com que Jorge Barros Leite assumisse a capitania sem maiores problemas, em 1689 é nomeado para assumir o cargo de capitão-mor na capitania do Ceará, reassumindo a capitania de Sergipe agora como mestre de campo/Governador no ano de 1712.

Jorge de Barros Leite sucedeu Braz da Rocha Cardozo, sendo nomeado em 14 em 14 de março de 1687. Foi o único que governou Sergipe d'El Rey por duas vezes em períodos diferentes, uma no século XVII e outra no XVIII. Consta em sua patente 14 anos de serviço no exército português, na cavalaria e na infantaria, com experiência em três diferentes áreas do império português: fronteiras da Europa, América portuguesa e África. Em 1673, combateu nas Batalhas de Ameixal, Elvas, Portugal. Depois seguiu para a capitania da Bahia, onde serviu ao rei por um ano. No território africano, ocupou o posto de capitão mor das tropas pagas da Guarda do Governador de Angola, Aires de Saldanha e foi capitão mor do Presídio das Pedras do Congo. As experiências militares, a vinculação ao governador de Angola e a participação em dois tipos de tropas regulares do exército português, provavelmente, foram requisitos que possibilitaram sua escolha pelos conselheiros ultramarinos como primeiro colocado e, depois, indicado ao rei para nomeação. (SIQUEIRA, 2016, p. 180)

Justifica-se a escolha das trajetórias das conquistas destes quatro capitães por convergirem para os mesmos propósitos e suas experiências se entrecruzarem no tempo e espaço constituindo e construindo relações e conexões interpessoais no “fazer a América”. Conforme George Felix Cabral de Souza, o “fazer a América” para esses homens tinha uma dimensão voltada para realizar seus objetivos a todo custo. Estes indivíduos, assim como outros, partiram de Portugal para as diversas partes do Império com os mesmos propósitos que eram de constituir fortuna, poder e prestígio social a partir das oportunidades que se apresentavam para os mesmos.

Todos os anos, ao longo de três séculos, milhares de jovens portugueses deixaram sua terra natal e rumaram ao Brasil. Muitos deles fugiam da pobreza e se atiravam na aventura de “fazer a América”. Outros, já inseridos nas redes transatlânticas, vinham com perspectivas mais concretas de trabalho. Os dois grupos tinham em comum, além da origem, o desejo de enriquecer neste Novo Mundo povoado de mistérios, delícias e agruras”.

(SOUZA, 2012, p. 23)

Em outro momento buscaremos ampliar a análise das origens familiares, pois “ainda não se possui dados concretos sobre a naturalidade deles, mas se acredita que muitos sejam reinóis, tendo em vista os lugares de atuação deles” (OLIVEIRA, 2018, p. 100). A análise prosopográfica por meio de um “estudo das origens familiares (sociais e geográficas), dos novatos [recruits] de um certo status político ou posição ocupacional, o significado dessa posição em uma carreira e o efeito de deter essa posição sobre as fortunas da família” (STONE, 2011, p. 116).

Sobre a circulação nos territórios do Ultramar do Império português destes indivíduos era constante, pois o período de atuação nos cargos e postos militares dependia não só da boa atuação destes militares nas diversas campanhas que realizavam, como também em relação ao processo de mobilidade social na “ocupação de diversos cargos e ofícios públicos, no entanto, mas “também (e sobretudo) na participação na conquista de novos territórios, era uma importante moeda de troca nas relações entre essa nobreza e a Coroa”⁵. Outro fator relevante nesse processo, é o tempo em que os súditos ocupavam os cargos, ofícios e funções no Império que defina o mesmo trienalmente, ou mais, conforme a atuação dos mesmos. Um exemplo desta circularidade se verifica na própria trajetória percorrida pelos capitães aqui analisados, o qual passaram por no mínimo de duas ou, três capitânicas cada um atuando em diferentes funções e cargos em decorrência da mobilidade social das promoções adquiridas ao longo de suas trajetórias perfazendo uma média de 25 anos de exercício no ofício, tornando depois senhor de engenho, atuando na vereação ou assumindo a função de negociante em uma das praças comerciais do Norte e constituindo prestígio e honra a partir de matrimônios rentáveis.

Jornadas, trilhas e atalhos nas Capitânicas do Norte

Aventureiro, desbravador, súdito e vassalo de El Rey de Portugal, esses são alguns atributos concernentes ao capitão mor Jorge de Barros Leite oriundo das jornadas da África e Bahia, recém nomeado pelo monarca a assumir o governo a frente da capitania Régia de Sergipe d’El Rey⁶ no ano de 1687.

Em 06 de junho de 1684 foi solicitada consulta ao Conselho Ultramarino da nomeação para ocupar a função de capitão mor o capitão Jorge de Barros Leite na capitania de Sergipe d’El Rey no final do século XVII. Na consulta, é realizada uma descrição sobre informações de atividades desenvolvidas pelo capitão Jorge de Barros Leite nos reinos de Angola e na cidade da Bahia desde o ano 1663. Diz a consulta:

E por fazer de ofício de patente e mais certidões que apresente [...] ter servido a V. Majestade nesta corte e reinos de Angola a cidade da Bahia [...]. Em praça de soldado de cavalo, infante, alferes, capitão de guarda do governados de Angola Ayres de Saldanha, capitão de infantaria paga e capitão mor da capitania da Fortaleza [...] das Pedras do Congo, atualmente capitão de guarnição das naus da Índia de Pedro da Silva Pereira por patentes dos governadores.⁷

⁵ Ver (FRAGOSO; ALMEIDA; SAMPAIO, 2007, p. 22).

⁶ Nesse contexto a capitania Régia de Sergipe d’El Rey era considerada subalterna as capitânicas da Bahia e Pernambuco.

⁷ Consulta do Conselho Ultramarino referente a nomeação de pessoas para o posto de Capitão Mor de Sergipe d’El Rey. Escolhido: Jorge de Barros Leite. 1684, julho, 06. AHU_ACL_CU. 001, cx 01, D. 043.

De acordo com Luís Siqueira o período de atuação do capitão mor Jorge de Barros Leite durou de 1687 até 1690. No exercício de suas funções na capitania de Sergipe d'El Rey é registrada uma consulta ao Conselho Ultramarino datada de 18 de novembro de 1689, onde é solicitada a nomeação e transferência do mesmo para o posto de capitão mor na capitania do Siará Grande.

Nesse mesmo contexto, em carta de 26 de abril de 1696⁸ o então governador da capitania de Pernambuco Caetano de Melo de Castro nomeou para o posto de cabo e capitão na construção do presídio localizado na Ribeira do Jaguaribe o militar João da Mota. A nomeação de João da Mota para atuar na construção do presídio na Ribeira do Jaguaribe revela alguns elementos que cooperam com a ideia de que a carreira militar dos indivíduos que optaram por atuarem nos sertões das inúmeras capitanias eram agraciadas rapidamente com patentes e cargos dentro da hierarquia das armas, mesmo sendo em uma capitania não tanto expressiva no cenário colonial do ultramar lusitano.

Sobre João da Mota, Estevam Henriques dos S. Machado afirma que o capitão era “oriundo da Vila das Alagoas e filho de Pedro da Mota”, em seu requerimento o mesmo defendeu bravamente a praça do Recife contra a revolta mazomba “mostrando em todas as suas ações ser um dos mais fiéis e melhores vassalos que Vossa Majestade tem naquela capitania” (2017, p. 108).

Sobre as trajetórias de serviços prestados dos capitães mores na capitania do Siará Grande, Rafael Ricarte da Silva traz algumas informações sobre o capitão João da Mota quando sucedeu a Jorge Barros Leite em 1704. Na tabela Silva registrou que João da Mota era natural do Brasil, teve registro de passagem somente pela capitania do Siará e Pernambuco e combateu o gentio bravo nas capitanias do Norte (SILVA, 2016, p. 162).

A rápida mobilidade na hierarquia militar é comprovada na trajetória do cabo/capitão João da Mota que em menos de dois anos de serviços à frente do presídio da Ribeira do Jaguaribe galgou rapidamente uma promoção quando foi nomeado a posição de capitão de infantaria na mesma capitania, conforme consulta datada de 20 de dezembro de 1698⁹.

De acordo com José Eudes Gomes, que faz uma amostragem sobre a relação de sesmeiros que obtiveram datas de sesmarias em número superior a quatro na capitania do Siara Grande, aponta para o agora capitão/tenente de cavalaria João da Mota como detentor de 11 propriedades de terras na dita capitania. Gomes limita-se a aprofundar a quantidade de sesmarias adquiridas pelos integrantes da família Feitosa detentora de uma grande porção de terras na capitania do Siará Grande não mencionando nada sobre as datas de sesmarias adquiridas pelo capitão de cavalaria João da Mota (2010, p. 150).

No entanto, Evaldo Cabral de Mello relata a participação do capitão João da Mota no epicentro do levante dos mascates no Recife por volta do primeiro decênio do século XVIII. O levante mascatal tinha a frente o governador deposto Sebastião de Castro e Caldas Barbosa (1707-1710), que promoveu a sublevação por meio de suborno aos chefes militares da praça do Recife com a quantia arrecadada de 50 mil cruzados que “parte do dinheiro destinou-se ao suborno dos chefes militares da praça e ao pagamento do soldo atrasado da tropa. Não foi difícil atrair o capitão João da Mota, que, na falta de mestre de campo e de sargento-mor, ocupava interinamente o comando da guarnição” (2012, p. 338).

Outro personagem que passa a figurar nessa trama envolvendo os capitães na capitania do Siará Grande é Gabriel da Silva Lago, o qual tem uma trajetória que inicia com

⁸CARTA do Governador Caetano de Melo de Castro sobre a nomeação de João da Mota para posto do cabo e capitão do dito presídio. 1696, abril, 26. Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, cx. 17, D. 1700.

⁹CONSULTA ao Conselho nomeação para o presídio de Jaguaribe que vagou para promoção de João da Mota a capitão de infantaria. 1698, dezembro, 20. Lisboa. AHU_ACL_CU_015 cx. 18, D. 1768.

a sua nomeação confirmada na consulta realizada ao Conselho Ultramarino para o cargo de sargento mor da capitania de Sergipe d'El Rey na data de 20 de dezembro de 1698¹⁰.

O recém nomeado sargento mor da capitania de Sergipe Gabriel da Silva Lago, em pouco menos de cinco anos é promovido a capitão mor na capitania do Siará Grande, conforme consulta datada de 09 de agosto de 1704 ao Conselho Ultramarino é solicitada a nomeação de Gabriel da Silva Lago para o cargo de capitão mor na dita capitania. Gabriel da Silva Lago foi um dos capitães envolvidos no ano de 1712 em um conflito sobre a medição das terras com o ouvidor Cristovão Soares Reimão na ribeira do Jaguaribe na capitania do Ceará¹¹. Este conflito estava relacionado aos problemas com relação ao “tombamento das terras ocorridos na Capitania por conta da “resistência, ou impedimento” que se “fizera com armas e seus oficiais” por parte do “capitão-mor do Ceará, Gabriel da Silva Lago” (CARVALHO, 2015, p. 86).

Sobre essa questão, Rafael Ricarte da Silva afirma que no período do governo de Gabriel da Silva Lago, do total das 230 sesmarias distribuídas pelo capitão, 36 delas foram doadas para possíveis familiares e parentes (Rodrigo do Lago, Mariana da Silva Lago, José da Silva Lago, Catarina do Lago, Antonio Vieira do Lago, João Pereira do Lago e Manuel da Silva do Lago) entre os anos de 1706 a 1708. De acordo com o autor, a distribuição de terras nesse período realizada pelo capitão mor Gabriel da Silva Lago também beneficiou o capitão mor João de Barros Braga e sua parentela, que passou a ser um dos maiores sesmeiros da capitania do Siará com um total de 18 sesmarias (SILVA, 2016, p. 176).

João de Barros Braga representou ter uma ligação importante entre os poderes locais da capitania do Siará Grande com as redes políticas, sociais e mercantis da praça do Recife na primeira metade do século XVIII.

João de Barros Braga ao longo de sua trajetória de vida militar como criador de gado, conseguiu acumular fortuna, poder e fama passando a ser um dos “poderosos senhores do sertão”. Segundo João Luis Fragoso, estes sujeitos estavam envolvidos em ações que resultaram na geração de estratificações sociais e acumulação de riquezas, que tinha como principal fonte de influência, as relações de parentescos e de matriz política. (CARVALHO, 2015, p. 61)

O caminho das conquistas: terras, fortuna e poder.

No final do século XVII a capitania do Siará Grande teve um aumento considerável nos pedidos de datas de sesmarias ao monarca solicitadas pelos capitães mores, onde o principal motivo era pelo direito as benesses reais de ter participado das jornadas contra o gentil bravo nos sertões da capitania, em segundo plano era solicitado as datas de sesmarias com a pretensão em estabelecer criatórios para a pecuária nas terras dos sertões da capitania. De acordo com Reinaldo Forte Carvalho “a posse da terra colocava o indivíduo na condição de consolidar a possibilidade de mobilidade social em relação aos seus pares em ‘termos de *status* nobiliárquico” (2015, p. 54).

Nesse período em questão, registrou-se um acréscimo expressivo nas correspondências enviadas ao Conselho do Ultramar, solicitando ao monarca a concessão

¹⁰Consulta do Conselho Ultramarino referente a nomeação de pessoas para o posto de Sargento Mor das Ordenanças de Sergipe d'El Rey. Escolhido Gabriel da Silva de Lago.1698, dezembro, 20 – Lisboa. AHU_ACL_CU. cx. 01, D. 74-75.

¹¹CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre as cartas do desembargador Cristóvão Soares Reimão em que se queixa do procedimento do capitão-mor do Ceará, Gabriel da Silva Lago. AHU_ACL_CU_006. Cx. 1. D. 57.

de terras na capitania do Siará Grande sob os pedidos do trio dos capitães Jorge de Barros Leite (1703-1704), João da Mota (1705) e Gabriel da Silva Lago (1706-1710).

[...] após a retomada da concessão de sesmarias no ano de 1702 pelo capitão mor Francisco Gil Ribeiro, inicia-se no governo do capitão mor Jorge de Barros Leite (1703-1704) uma fase de crescente avanço das concessões de terras que se amplia no governo de João da Mota (1705) e atinge seu ápice durante o período de governo de Gabriel da Silva Lago (1706-1710) que, além de ser o período em que mais títulos de sesmarias foram concedidos, foi fortemente marcado por disputas fundiárias refletidas nos embates entre Gabriel da Silva Lago e o desembargador Cristovão Soares Reimão, embates referentes à demarcação de terras concedidas em sesmarias na região do rio Jaguaribe, área inserida na região que se tornou foco de ação e palco dos conflitos da Guerra do Açú. (NOGUEIRA, 2020, p. 195)

A atuação desses capitães mores no Siará Grande possibilita a compreensão de um rearranjo na configuração da forma de administração política da capitania, principalmente no que concerne a distribuição das sesmarias. Para Gabriel Parente Nogueira, com a atuação dos capitães mores passou a existir uma reconfiguração na forma de distribuição das sesmarias, pois Jorge de Barros Leite distribuiu um total de 36, João da Mota 37, e Gabriel da Silva Lago 230 sesmarias (2020, p. 8).

A expressiva quantidade na distribuição de sesmarias entre 1700 a 1710 é bastante superior tanto em períodos anteriores como posteriores, pois entre 1679-1699 somou-se a quantidade de 261 doações e de 1710-1720 somente 338. Um aumento significativo foi registrado de 1699 a 1709, somando uma quantidade de 595 doações de terras somando de 01 até 22 datas para os sesmeiros (SILVA, 2010, p. 56).

Seguindo a lógica da distribuição de sesmarias nesse período, se constata a possível existência de consórcios, acordos ou arranjos entre os vários capitães mores para se beneficiarem, e aos seus pares com a posse da terra na capitania do Siará Grande. A possibilidade de os acordos existir é confirmada exatamente pelo aumento expressivo das doações de sesmarias que são realizados na sua maioria por solicitações coletivas envolvendo geralmente as mesmas pessoas, algumas com vínculos de parentescos com os capitães mores Jorge de Barros Leite, João da Mota e Gabriel da Silva Lago na capitania do Siará Grande e João de Barros Braga na Capitania do Rio Grande.

Considerando essa questão, provavelmente os acordos e arranjos eram organizados entre os pares na forma de quem assumisse a administração da capitania ficava responsável por beneficiar os diversos indivíduos com as solicitações de datas de sesmarias, fossem individuais ou coletivas para os mais variados grupos.

Essa perspectiva é confirmada no registro de doação das datas de sesmarias na capitania para o capitão Rodrigues da Costa Araújo e seus companheiros com três léguas de terra para cada um na parte chamada Apecus, e no rio Pirangi, no Ácarau, concedida pelo capitão Gabriel da Silva Lago em 13 de novembro de 1706, a qual traz uma nota informativa sobre os demais companheiros que faziam parte dessa coletividade, onde afirma que: “obtiveram idêntica sesmarias: d. Catharina do Lago, Francisco Alberto, coronel João de Barros Braga e João Almeida”.¹²

Na nota fica evidente a participação nesse processo de doação das sesmarias o

¹²APECUS – 13 de novembro 1706 9n. 172 – vol. 3º - pag. 85). Arquivo Público do Estado do Ceará (Organização). *Datas de sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928*. Fortaleza: Expressão Gráfica / Wave Média, 2006.

recebimento por parte de uma parente (irmã, ou filha do capitão) do capitão Gabriel da Silva, chamada Catharina do Lago, pois segundo George F. Cabral de Souza o capitão fora casado com Ana Almeida Catanho, filha do sargento mor de Sirinhaém Joaquim de Almeida e de Luisa Catanho (2015, p. 658).

Nessa doação de sesmarias o coronel João de Barros Braga também é agraciado com três léguas de terras na capitania. Diante disto, constata-se a existência de uma certa aproximação entre os indivíduos no que diz respeito a distribuição das sesmarias pelo fato da solicitação ter sido de cunho coletivo, portanto supõe-se que exista algum grau de conhecimento entre os mesmos como ficou constatado o parentesco entre o capitão e Catharina do Lago, e, ou nas relações de amizades e negócios na capitania.

Isso fica evidente na pessoa do capitão João de Barros Braga, pois no início de sua trajetória nas conquistas dos sertões, quando o mesmo ajudou na organização dos aldeamentos missionários, atuou na construção do presídio da Ribeira do Jaguaribe onde possa ter se encontrado com o capitão João da Mota na reedificação da fortaleza de N. S. da Assunção no litoral da capitania, e foi um dos principais responsáveis pelo extermínio e apressamentos indígenas nas campanhas das tropas militares na *Guerra dos Bárbaros*.

As informações contidas nos registros oficiais sobre João de Barros Braga são mais frequentes a partir de sua atuação nas campanhas militares no processo de conquista, ocupação e repovoamento dos Sertões pelos colonos e missionários na Ribeira do Jaguaribe contra os Tapuias Paiacús. Estes relatos mostram a atuação de João de Barros Braga no processo que auxiliou no ano de 1697 o padre João da Costa no aldeamento dos Tapuias Paiacús em Araré, localidade situada bem próxima ao Aracati. Participou também da reforma do presídio do Jaguaribe e da reedificação da fortaleza de Nossa Senhora da Assunção desempenhando uma vasta campanha de extermínio e apressamento dos Tapuias na “guerra dos “bárbaros”. (CARVALHO, 2015, p. 62)

A trajetória de João de Barros Braga é apresentada pela historiografia a partir de suas origens genealógicas, prestígio e sua condição de superioridade do conquistador europeu.

Filho de Antonio de Barros, capitão de Infantaria do Terço da Bahia e sujeito experimentado na guerra contra os gentios, a trajetória de João de Barros Braga é bem contundente no que se refere à ocupação de cargos administrativos e militares mediante a troca de favores com a administração colonial. [...] Em 1701, Barros Braga era vereador da Vila de São José de Ribamar, um dos cargos mais prestigiosos da capitania, uma vez que era a única vila do Siará grande.¹⁴¹ Segundo Antonio Bezerra, João de Barros Braga era pernambucano e parente dos Façanhas. Estes tinham residência em Aquiraz, posteriormente em Cascavel e, depois, se distribuíram pelo Siará grande. Quando da morte de João de Barros Braga, em 1743, seu testamenteiro foi seu sobrinho Francisco Pereira Façanha. (SILVA, 2010, p. 100)

Segundo Francisco José Pinheiro (2008), afirma que João de Barros Braga começou a receber as primeiras recompensas pelos serviços prestados a partir de 02 de setembro de 1699 a patente de capitão da cavalaria da ordenança da Ribeira do Jaguaribe. Um ano depois, em 29 de outubro de 1700 é confirmada a doação de sua primeira sesmaria localizada na Ribeira do Jaguaribe.

As terras estavam situadas, principalmente, na ribeira do Jaguaribe,

chegando até o Cariri cearense, região situada ao sul da capitania. No entanto na sua primeira solicitação abrangia a ribeira do Acaraú, uma outra importante área de expansão da pecuária. No ano de 1706, o coronel João de Barros Braga solicitou e foram concedidas 06 sesmarias, e em todas foram apresentadas, como justificativa, a necessidade de terras para criar os seus gados. [...] Em 1716, mais uma vez, o coronel João de Barros Braga solicitava uma carta de sesmaria, justificando que essas terras serviam de pasto para seus gados desde 1708, quando construiu os primeiros currais. (PINHEIRO, 2008, p. 95)

Considerando essa questão, Rafael Ricarte da Silva afirma que o capitão João de Barros Braga é referenciado nos manuscritos e pela historiografia cearense como sendo “um desbravador” dos sertões da capitania do Siará Grande no início do século XVIII.

Na consulta aos registros de sesmarias e manuscritos do Conselho Ultramarino referentes ao Siará grande, o nome do sesmeiro João de Barros Braga sempre aparecia com um destaque nas ações de “desbravamento do sertão”. João de Barros Braga é um dos solicitantes, na capitania, que consegue maior número de concessões de terras, sendo 11 no total, entre estas, uma no riacho Quixeré, outra no riacho dos Porcos e mais uma no rio Curu (2016, p. 99)

De acordo com Théberge, o coronel João de Barros Braga foi responsável pela expedição que foi enviada em defesa da fortaleza do presídio na Ribeira do Jaguaribe, onde dizimou noventa e cinco destemidos guerreiros indígenas a “ferro frio” e aprisionando mais de quatrocentos.

O coronel João de Barros Braga, depois de ter varrido do litoral e do baixo Jaguaribe, e sertões mais próximos do mar, o inimigo bárbaro com grande prejuízo deste, mandou o capitão do seu regimento *Pascoal Correia de Lima* limpar a bacia do Banabuiú onde este matou grande número de inimigos, e aprisionou cento e vinte e cinco cabeças.[...] Todos estes índios aprisionados foram repartidos por entre os colonos e Índios auxiliares, à exceção dos Tremembés que provou-se terem sido obrigados a acompanhar os rebeldes afim de remirem as suas vidas. (2001, p. 116)

João de Barros Braga exterminou centenas de indígenas nas campanhas de combates ao gentil bravo nos sertões das capitanias do Norte, o que lhe proporcionou inúmeras recompensas na aquisição de terras e patentes ao longo de sua atuação na referida capitania.

João de Barros Braga, assim como outros sujeitos, participou ativamente da conquista do Siará grande. Durante 33 anos, serviu a sua majestade no combate aos indígenas habitantes da capitania e teve como recompensa a nomeação para diversos cargos, chegando a ser capitão-mor governador do Rio Grande. [...] O nome de João de Barros Braga surge na crônica histórica com uma concessão de três léguas de terras, concedida no Jaguaribe em 1700 (SILVA, 2010, p. 100)

O intrigante nessa trama é perceber a possibilidade que esses sujeitos históricos tenham convergido em um dado período de tempo e espaço para o mesmo lugar, no caso na capitania do Siará Grande onde passaram a consorciar-se por meio da distribuição das sesmarias na capitania. A circulação desses indivíduos nos diversos espaços territoriais do Império tornava possível por eles serem originários do mesmo e pequeno lugar no continente europeu, Portugal.

Diante desse enquadramento, a possibilidade do capitão Jorge de Barros Leite, João da Mota, Gabriel da Silva Lago e João de Barros Braga terem se conhecido e tornaram-se bons amigos de farda desde as terras lusitanas, ou nas capitânicas da Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Siará Grande, ou qualquer outras tantas paragens do Império português.

Os labirintos do poder: circulação e redes de conexão

A circulação de indivíduos no espaço territorial do Império português era algo muito comum. As idas e vindas pelas diversas paragens da América portuguesa, dos reinos africanos às porções de Gôa, Macau e Jacarta por inúmeros personagens mostra não só a dimensão geográfica do Império, mais também, como os indivíduos se moviam em busca de fortunas, ascensão e mobilidade ao topo das camadas sociais mais altas dessa sociedade hierarquizada. A dinâmica de circulação desses indivíduos proporcionou conexões múltiplas a partir de dinâmicas sociais tanto de compadrio, parcerias e de redes mercantis comerciais estabelecendo diversas formas no poder de mando nas novas territorializações coloniais.

Essas circulações socioespaciais podem ser confirmadas nas relações entre os mais diversos indivíduos com a sociedade mercantil, camararia e militar da praça Recife no início do século XVIII. A circulação desses indivíduos pelas capitânicas do Norte era uma constante, pois sempre estavam em mobilidade, e em contato com suas bases e redes de conexões como podemos constatar quando em determinado momento a atuação dos mesmos é registrada anos depois na praça do Recife, Salvador e outras paragens.

Percebe-se que esses indivíduos percorriam caminhos em busca da mobilidade e ascensão por meio do vínculo que os mesmos tinham com suas redes de conexão mercantis, camararias e ou administrativas. Como no caso do capitão Jorge de Barros Leite.

A trajetória de Jorge de Barros Leite lhe rendeu uma promoção para o cargo de mestre de campo governador pelos valorosos serviços prestados tanto na capitania de Sergipe d'El Rey como a frente da capitania do Siará Grande.

É pertinente o relato de Luís Siqueira sobre por revelara trajetória de Jorge de Barros Leite principalmente nos fluxos das idas e vindas da atuação do mesmo.

Como era de origem social pobre, ao receber, em 1711, pela segunda vez o cargo de capitão mor solicitou ao rei ajuda de custo para viajar de Lisboa para Sergipe d'El Rey. Em 1712, quando foi nomeado para o cargo veio com a patente de *mestre de campo governador*. [...] Nessa época, o título mestre de campo era concedido somente aos governantes das capitânicas da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro. (2016, p. 222)

O mesmo retorna a capitania de Sergipe no de 1712, agora nomeado com o objetivo de conter os conflitos existentes em decorrências de duas revoltas ocorridas, uma em 1709 e outra em 1710.

Para contornar esse cenário de caos, urgia nomear um capitão mor com habilidades de mando e conhecedor dos problemas regionais. Num contexto de vestígios da revolta assumiu o comando militar de Sergipe d'El Rey Jorge de Barros Leite, em 1712. Fora nomeado como opção para solucionar o desequilíbrio político e militar pelo qual passava a capitania em virtude de ter ocupado o cargo de capitão mor entre 1687 e 1690, e, portanto, ser conhecedor do território e sociedade de Sergipe d'El Rey. (SIQUEIRA, 2016, p. 222)

Em carta datada de 20 de maio de 1712¹³ do então ouvidor João Pereira de Vasconcelos¹⁴ ao monarca (D. Pedro II) que denuncia o então mestre de campo usando o termo “prepotência”¹⁵ para expressar sua insatisfação com a pessoa de Jorge de Barros Leite. Na carta do ouvidor ao monarca, fica evidente a existência de hostilidades entre os poderes administrativos da capitania representada pelo mestre de campo João de Barros Leite com o oficial da justiça João Pereira de Vasconcelos.

Entretanto, a atuação de Jorge de Barros Leite em Sergipe d’El Rey frustrou as expectativas políticas da Coroa portuguesa. No segundo governo desse militar sobressaíram os conflitos com o ouvidor, desobediência com o governador geral, prepotência, abuso de poder e atos de corrupção. A patente de Mestre de Campo governador, dada pelo rei D. Pedro II ao capitão mor, o envaideceu. Tão logo tomou posse do cargo, o comandante começou a demonstrar altivez ao escrever carta para os subordinados militares e para as câmaras, informando que seu “posto era maior que o posto de governador de Pernambuco e Rio de Janeiro”. (SIQUEIRA, 2016, p. 221)

De acordo com Siqueira, a situação com o Governador da capitania de Pernambuco ficou incontrolável pelas atitudes tomadas por Jorge de Barros Leite frente a capitania Sergipe d’El Rey pois sua prepotência foi o princípio da sua ruína, deixando muito “furioso, o governador geral ordenou na mesma missiva que o capitão não mais subscrevesse nas suas cartas o título de “Governador de Sergipe de El-Rei” (2016, p. 225).

O governo de Jorge de Barros Leite encerrou-se em outubro de 1714, quando foi substituído por Antônio Vieira. Meses antes de entregar o cargo recebeu mais advertências por sonegar informações nas patentes dos coronéis e do sargento mor da capitania. [...] Em fins de 1714, quando entregou o cargo muito pouca contribuição deixou para diminuir a violência na capitania ao reforçar a polarização de grupos rivais e tornar o ouvidor seu inimigo pessoal. Em uma carta escrita pelo novo ouvidor, José Correia do Amaral, em 21 de junho de 1715, considerou a situação da capitania caótica concebida como território onde reinava a impunidade e as parcialidades. (SIQUEIRA, 2016, p. 225)

Casos como o de Jorge de Barros Leite é relevante para entender a dinâmica social em que se encontravam esses indivíduos no contexto da organização da sociedade colonial no início do século XVIII. Dentre estes indivíduos, a trajetória de João da Mota é bastante significativa pela evolução social que o mesmo vai ter na praça do Recife em meio ao conflito envolvendo os representantes das elites olindenses e os comerciantes recifenses.

João da Mota ao deixar a capitania do Siará Grande retornou a Pernambuco, onde participou ativamente do conflito envolvendo mazombos e mascates que, na “falta de mestre de campo e de sargento-mor; ocupava interinamente o comando da guarnição” (MELLO,

¹³CARTA do ouvidor João Pereira de Vasconcelos (D. Pedro II) denunciando a prepotência do mestre de campo da Capitania de Sergipe d’El Rey Jorge de Barros Leite. 1713/09/2023, 2, maio, 20. AHU_ACL_CU. Cx. 02, D. 11 e 13.

¹⁴ Ouvidor João Pereira de Vasconcelos. Natural de Lisboa, nasceu no ano de 1676, filho de João Pereira de Vasconcelos e Catarina Antonia de Brito. Formou-se na Leitura de Bacharéis no ano de 1701, exerceu o primeiro cargo em 1702 como Juiz de Fora – Torres Novos onde foi tirado Residência em 24/04/1706. Ocupou o segundo cargo em 1707 como Juiz de Fora – Setubal e teve sua Residência tirada em 24/12/1710. Sua terceira ocupação foi em 1711 quando ocupou a função dupla de Provedor e Ouvidor de Sergipe del’ Rei onde teve sua Residência em 14/12/1715. <https://memorialdeministros.weebly.com/>. Resultado dos Letrados - MEMORIAL DE MINISTROS. Acesso em 13/09/2023, 11:02.

¹⁵Segundo Bluteau o significado do termo, Prepotência – grande poder, pré-dominio, excessiva autoridade. BLUTEAU, Rafael. Dicionário da Língua Portuguesa. L-Z. Tomo II. Coimbra: 1789, p. 237.

2012, p. 338). Como capitão de Ordenanças defendeu a “praça do Recife do perigo eminente de perdê-la para os sediciosos olindenses” (MACHADO, 2017, p. 90).

João da Mota foi um indivíduo que preferiu ficar no anonimato, não entrou em grandes polêmicas como muitos dos seus pares, parece que aprendeu bem cedo a trabalhar em silêncio constituído seu patrimônio fora da vista dos outros, galgando os espaços de poder sem estardalhaços indo pelas trilhas que possibilitou sua mobilidade e ascensão social longe dos conflitos que ocorriam em Pernambuco envolvendo os representantes da câmara e da governança administrativa da referida capitania.

A trajetória do capitão João da Mota mostra que esses indivíduos estavam sempre em circulação nos espaços territoriais nas capitanias do Norte, não fincavam residência muito tempo em um único lugar, utilizavam o cargo, função e lugar para se beneficiarem o máximo possível daquele momento, pois era sabido que o tempo era passageiro e efêmero na vida de cada um deles.

Segundo Gabriel Parente Nogueira, as relações entre Gabriel da Silva Lago e João da Mota entre os diversos agentes políticos sociais da praça do Recife eram bastantes próximas e profícuas, dando a entender que os mesmos usavam seus cargos e funções em outras capitanias para adquirirem fortuna, prestígio e poder e depois retornarem para suas bases.

Na medida em que os vínculos de Gabriel da Silva Lago com a parcialidade mascatal podem ser claramente identificados por seu casamento com Ana de Almeida Castanho - filha de Joaquim de Almeida, homem de negócios, eleito como camarista da primeira vereança da comarca do Recife e deposto juntamente com os demais oficiais da câmara da insurreição mazomba de 1710 – a associação de João da Mota com o segmento mercantil do Recife é identificado por meio de sua atuação como uma das principais lideranças da reação movida no ano de 1711 pela parcialidade mascatal contra a situação vigente em Pernambuco após o levante mazombo no ano anterior. As estreitas relações mantidas por esses dois sujeitos com o partido mascatal- especialmente quando vistas a luz da forte polarização entre as parcialidades em disputas – nos levam a deduzir que estes laços possam ter refletido em um favorecimento à expansão de interesses da comunidade mercantil do Recife nos sertões da capitania do Siará Grande à época em que estes dois sujeitos ocuparam o posto de comando da dita capitania. (2020, p. 09)

Os vínculos de Gabriel da Silva Lago com os grupos mercantis e camarários da praça do Recife lhes renderam bons frutos pois proporcionou ao mesmo uma união matrimonial bastante vantajosa adentrando para estreito e limitado contexto das redes de parentesco e das estratégias familiares, pois, é “inegável os interesses dos adventícios em integrar-se nas redes locais, tanto por questões comerciais, como por razões sociais”. (SOUZA, 2015, p. 264)

Entretanto, ninguém atuou com grande êxito junto às redes mercantis, camarárias e administrativas na capitania do Siará Grande, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e das Minas Gerais do que o coronel João de Barros Braga.

[...] a trajetória de João de Barros Braga e perceber a amplitude das redes mercantis que, a partir do Recife, atuaram no fomento à pecuária dos sertões de fora no contexto de amplas transformações vivenciado na América portuguesa na virada do século XVII para o XVIII, que foi marcado pelas descobertas de ouro, e caracterizou-se por uma ampla dinamização de vários segmentos da economia colonial dentre os quais destacaram-se alguns setores de exploração econômica da pecuária (NOGUEIRA, 2021, p.

Portanto, a trajetória exitosa de João de Barros Braga com a pecuária e o comércio da carne seca, sal e mineração o constituiu mesmo depois de sua morte como um dos poderosos senhores dos sertões. Sobre esta questão, Carvalho afirma que:

Com a morte de João de Barros Braga, em 1743, seu testamenteiro foi seu sobrinho Francisco Pereira Façanha. A família Pereira Façanha era de Pernambuco e ao longo do processo de acumulação de terras na Capitania do Ceará foi uma das que participou, juntamente com o coronel João de Barros Braga na associação coletiva para obtenção das cartas de sesmaria, sobretudo nos Sertões de Mombaça. Após sua morte, sua parentela passou a repartir e negociar as herdades do grande proprietário, como no relato de que “vendeu-as seu testamenteiro e sobrinho Francisco Pereira Façanha ao sargento-mor Manuel Ferreira Lustosa e Matias de Holanda Cavalcante. Consta essa notícia das verbas do inventário feito em 1744 pelo falecimento de Florência Ferreira, mulher que foi de Manuel Ferreira Lustosa”. (2015, p. 63)

Segundo Gabriel Parente Nogueira, isso fica evidente na projeção de seu testamento a seus testamenteiros.

As indicações acerca das localidades nas quais foram constituídos procuradores de João de Barros Braga a época de sua morte correspondem a um retrato que evidencia a amplitude das redes constituídas ao longo da vida deste sujeito fortemente enraizado nos sertões da pecuária, com uma vasta espacialidade, e que demonstram, através da constituição de procuradores em uma série de localidades das zonas de mineração da colônia, entre outros aspectos, uma forte integração entre as regiões de pecuária dos sertões da capitania do Siará Grande e as regiões de mineração da América portuguesa. (2021, p. 229)

Considerações Finais

A trajetória de vida desses indivíduos pode ser analisada de diversos ângulos, principalmente como representantes do processo colonizador português nas capitânicas do Norte do Brasil. Não é de estranhar a evocação heroica na historiografia que continuam a repetir o equívoco da deificação do conquistador, pois a mesma remete sempre a uma versão histórica dos fatos registrados nos manuscritos que foram interpretados a partir da ótica etnocêntrica europeia do conquistador e colonizador branco.

Como no caso da trajetória de João de Barros Leite, que inicialmente criou laços afetivos com os moradores da comarca de São Cristovam, se é que homens dessa envergadura tinham a sensibilidade emocional para serem afetivos. Entretanto, criar desafetos era comum na singular trajetória de vida desses homens, que tinham a estirpe de senhores das armas nas capitânicas e serem tidos como desbravadores nos mais longínquos rincões dos sertões de dentro, onde viveram rotineiramente à espreita dos desafios que a rusticidade, brutalidade e violência que a vida lhes propunha era a marca registrada na sobrevivência de cada um deles.

No caso do capitão João da Mota, essa condição propiciou a sua ascensão e mobilidade interna a cargos e funções diferenciadas dentro desses grupos de indivíduos que inicialmente desenvolviam atividades subalternas em relação aos governadores das capitânicas majoritárias como de Pernambuco. A condição de não estarem em atuação nos grandes centros das administrações coloniais, muito menos no cerne dos conflitos internos,

possibilitou uma invisibilidade em relação as polêmicas jurídico-administrativas comuns no cotidiano das capitanias.

Nesse processo, os indivíduos como Gabriel da Silva Lagos se consorciavam através de acordos e negociações políticas e ou mercantis, através de cargos e funções que iam desde a participação das hierarquias nas tropas militares responsáveis pelas administrações internas nas capitanias, e ou, pela união de laços matrimoniais, e das sucessões camararias dos “homens bons” na câmara da praça do Recife.

Entre essas e outras atividades, esses indivíduos constituíram ao longo do tempo suas redes de conexões, mobilidades e poder, tornando-se os grandes senhores das armas, de terras e de gentes nas capitanias do Norte. Isso se constata no caso do coronel João de Barros Braga que teve para alguns uma trajetória exitosa. No entanto, mesmo que toda essa fortuna, posses de terras e poder tenham sido adquirido com base no extermínio indígena, expropriação de terras e arranjos políticos para ascensão e mobilidade social pessoal.

Portanto, a trajetória das conquistas dos capitães nas capitanias do Norte se constitui por meio dos despojos de guerra, massacres e genocídios das inúmeras populações indígenas que habitavam os sertões do Norte em troca da posição social, fortuna e poder promovida dentro da arena das oportunidades que a dinâmica de ocupação e conquista implementada pelo Império português estabelecia no contexto da sociedade colonial.

Referências

BARDWELL, Ross Little. *The governors of Portugal's South Atlantic Empire in the seventeenth century: social background, qualifications, selection and reward*. Tese (Doutorado em História). Santa Barbara: University of California, 1974.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BLUTEAU, Rafael. *Dicionário da Língua Portuguesa*. L-Z. Tomo II. Coimbra: 1789, p. 237.

CARVALHO, Reinaldo Forte. *Governanças das terras: poder local e administração da justiça na Capitania do Ceará (1699-1748)*. Tese (Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

COSENTINO, Francisco Carlos Cardoso. Hierarquia política e poder no Estado do Brasil: o governo-geral e as capitanias, 1654-1681. *Topoi*, vol. 16, n. 31, p. 515-543, 2015.

CUNHA, Mafalda Soares; MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p.191-252.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria de Fernanda Baptista; GOUVEIA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luís R.; ALMEIDA, Carla Maria C. de; SAMPAIO, Antonio Carlos J. de. (orgs.). *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, José Eudes. *As milícias d'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MACHADO, Estevam Henrique dos Santos. *A espada em forma de cruz: honra, serviço e fidelidade na busca por hábitos das Ordens Militares na primeira metade do século XVIII em Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobre contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Editora 34, 2012.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. "Trajetórias sociais e governos das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reinos e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII". In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria de Fernanda Baptista; GOUVEIA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 249-283.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. O provimento dos ofícios principais da monarquia durante a dinastia de Bragança (1640-1820). In: STRUMPF, Roberta; CHATURVEDULA, Nardini (orgs.). *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII-XVIII)*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar- Faculdade de Ciências Sociais/Universidade de Nova Lisboa e Universidade de Açores, 2012, p. 38-49.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. *Às margens do império: a pecuária das carnes salgadas e o comércio nos portos da porção oriental da costa Leste-oeste da América portuguesa nas dinâmicas de um império em movimento (século XVIII)*. Tese (Doutorado em História). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2021.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. *Fazer-se nobre nas fímbrias do império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804)*. Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. A expansão dos interesses mercantis do Recife (PE-Brasil) nos "sertões de fora": uma análise da trajetória do coronel João de Barros Braga na capitania do Sairá Grande. *Revista de História da UEG*, vol. 9, n. 1, p. 1-23, 2020.

OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. *Capitães-mores das Capitânicas do Norte: perfis, trajetórias e hierarquias espaciais no Rio Grande e Ceará (1656-1755)*. Dissertação (Mestrado em História). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Homens de armas e de letras: formação, experiência e governos das conquistas portuguesas (séculos XVII-XIX). In: *XIX ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH – RIO. HISTÓRIA DO FUTURO: ENSINO, PESQUISA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA*. 21 a 25 de setembro de 2020. p. 03. Acesso em 12 de outubro de 2021: www.encontro2020.rj.anpuh.org.

SILVA, Rafael Ricarte. *A capitania do Sairá Grande nas dinâmicas do Império português: política sesmarial, guerra justa e formação de uma elite conquistadora (1679-1720)*. Tese (Doutorado em História). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016.

SILVA, Rafael Ricarte. *Formação da elite colonial dos Sertões de Mombaça: terra, família e*

poder (Século XVIII). Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SIQUEIRA, Luís. *Homens de mando e de guerra: capitães mores em Sergipe del Rey*. Salvador: Tese (Doutorado em História Social). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2016.

SOUZA, George F. Cabral de. *Tratos & mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654-c. 1759)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

SOUZA, George F. Cabral de. *Elites e exercício de poder no Brasil Colonial*. A Câmara Municipal do Recife, 1710-1822. Recife: Editora UFPE, 2015.

SOUZA, George F. Cabral de. *Os homens e os modos de governança*. A Câmara Municipal do Recife no século XVIII. Recife: Gráfica Flamar, 2003.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, vol. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.

THÉBERGE, Pedro Dr. *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. Edição Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

Notas de autoria

Reinaldo Forte Carvalho é professor Adjunto do curso de História da Universidade de Pernambuco – UPE Campus Petrolina. Especialista nas áreas de História da América colonial, História Indígena, História Contemporânea. Atualmente está realizando Estágio Pós-Doutoral na Universidade Federal do Ceará UFC sob orientação do professor Dr. Almir Leal de Oliveira com o projeto intitulado: “Deslocamentos e territorializações: aldeamentos, vilas e sesmarias indígenas na capitania do Siará Grande (XVIII)”. E-mails: reinaldo.carvalho@upe.br, reinaldoforte@yahoo.com.br

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

CARVALHO, Reinaldo Forte. Trajetória das conquistas dos capitães nas Capitânicas do Norte no século XVIII. *Sæculum – Revista de História*, vol. 28, n. 49, p. 209-226, 2023.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 29/07/2023

Modificações solicitadas em 12/09/2023

Aprovado em 31/01/2024